

Gestão Militar de escolas públicas: impactos causados no entorno do Colégio da Polícia Militar Unidade Miriam Benchimol Ferreira

Military Management of public schools: impacts caused around the Military Police College Unit Miriam Benchimol Ferreira

ALBUQUERQUE, Ana Gabriela Moreira Rios¹
CRUZ, Eloise Paula Pererira²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os aspectos da Militarização de escolas públicas: impactos causados na região. Com a finalidade de refletir as consequências do processo de transição para a gestão militar de escolas estaduais. A metodologia utilizada de deu através de um questionário realizado com perguntas objetivas com os moradores e comerciantes que vivem ao entorno do CPMG Miriam Benchimol Ferreira. Com os resultados foi possível concluir que a população que acompanhou este processo para a gestão militar apoia esse método, porém esta transição não foi o bastante para que tornasse a região mais segura.

Palavra-chave: Gestão Militar; Escola; Hierarquia e Disciplina; Impactos.

Abstract

In this article we analyze aspects of the Militarization of public schools: impacts caused in the region. With the purpose of reflecting the consequences of the process of militarization of state schools and the impacts caused in their surroundings. The process in the state of Goiás began with a partnership between the State Secretary of Education of the State of Goiás and the State Public Security Department, where the military assumed the administration and management of some state public schools of Goiás because of the unfitness of the union to manage such units, due to the increasing incidence of violence in the student environment beyond the various reports of criminality. Changing this reality from the repression and the application of a rigid system with norms based on Hierarchy and discipline.

Key-words: Military Management; School; Hierarchy and Discipline.

1 Aluno do Curso de Pós-graduação em Política e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia do Militar de Goiás - CAPM, gabiana1994@gmail.com.

2 Professor orientador: Soldado Eloise, do Programa de Pós Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia do Militar de Goiás - CAPM, 35666eloise@gmail.com, Goiânia – Goiás, Maio 2018.

1 Introdução

É do senso comum que, ao longo dos anos as políticas educacionais se mostraram ineficazes tanto na formação do aluno, como na valorização do corpo docente, o que fez surgir uma busca inesgotável por qualidade da educação para a sociedade em geral, impulsionando a indústria do ensino privado e inacessível pela maioria da população. Diante disso, o corpo operacional da polícia militar do estado de Goiás recebeu inúmeras solicitações de um colégio que pudesse receber a demanda interna das famílias dos militares, com os preceitos do militarismo, concedendo como herança para a próxima geração os valores éticos e morais vivenciados pelos pais.

Para atender tal solicitação foram criados convênios com as instituições públicas para que a Polícia Militar assumisse a gestão de Colégios Estaduais, este processo foi intitulado de Gestão Militar. A Gestão Militar das escolas estaduais em Goiás teve início com a parceria entre a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) e a Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), pela portaria nº 604 de 19 de novembro de 1998, a qual transfere para a Polícia Militar (PM) algumas escolas do ensino básico.

Após esta transferência a PM fica responsável pela gestão da escola, pelo seu conteúdo programático, administração e a gerência, a parte pedagógica, os professores, são civis designados pela SEDUCE, pois os mesmos são subordinados a ela, porém devem estar sob o comando das regras implantadas pela PM.

Quais os impactos causados no entorno do Colégio da Polícia Militar Unidade Miriam Benchimol Ferreira após a Gestão Militar? Após o processo de Gestão Militar, a mudança não ocorre somente na escola, mas também em seu entorno. É um processo que muda a vida de todos os discentes, seus familiares e dos moradores que residem nas imediações próximas da escola, pessoas da sociedade civil que talvez nunca tenham tido contato direto com o militarismo e suas doutrinas.

O estudo justifica-se pela necessidade da discussão do tema, o entendimento das melhorias adjuntas e o impacto no desenvolvimento social e micro-regional, e assim avaliar e parametrizar tais ganhos afim de replicá-los em futuras novas unidades que tenham sua gestão assumida pela PMGO.

Objetivo Geral: Avaliar os impactos aos discentes em sua perspectiva social e educacional. Objetivos específicos: Comparar a situação anterior e atual dos

discentes através de coleta de dados presencial, com uma pesquisa quali-quantitativa, tabular os dados e medir os resultados e traçar parâmetros e metas para novas unidades.

2 Revisão de Literatura

A educação formal no Brasil teve início na época da colonização brasileira, de acordo com o Scachetti (2013), quando os curumins (filhos de índios), órfãos portugueses, porém apenas os meninos, foram evangelizados pelos jesuítas, outras ordens religiosas também tentaram se estabelecer, mas foram os jesuítas que construíram a rede educacional. Para que o padre se tornasse professor era necessário que ele soube-se ler, escrever e conhecesse as Sagradas Escrituras, já que a escola era sinônima de sacristia (SCACHETTI, 2013).

O sistema educacional brasileiro se subdividia em três fases: ensino primário, ensino médio e ensino superior. A primária era a etapa em que se aprendia a ler e a escrever. O ensino médio, aquele que surgiu como ponte para os filhos e filhas de famílias nobres da época, e o ensino superior, muito elitizado, destinado a uma pequena minoria. Assim:

Desta maneira, o ensino jesuítico, se, de um lado, no nível elementar, era democrático, humano e universalizado, uma vez que se dirigia aos índios, mamelucos e brasileiros, porque visava salvar-lhes a alma; de outro lado, já no nível médio, começava a tornar-se aristocrático, de uma elite endinheirada, só de alguns, só daqueles que se destinavam às escolas superiores, à Universidade de Coimbra ou às Faculdades já existentes no Brasil de então. Assim, foi aparecendo o ensino superior brasileiro, cuja finalidade principal era formar padre (TOBIAS, 1972, p. 42).

Segundo Ramos, no século XVIII, o primeiro ministro o Marquês de Pombal, que governava em nome do rei D. José, expulsou os jesuítas do Brasil. Com o intuito de obter mais rendas para o Estado português, confiscou os bens da ordem e passou a dirigir o sistema de ensino (RAMOS, 2011). Pombal então fechou as 39 faculdades jesuítas e instituiu que os sargentos que dominavam leitura e escrita deveriam gerir os colégios como professores, com o objetivo de preparar esses alunos para se tornarem soldados livres das amarras religiosas que, muitas vezes, os coíbiavam no combate. Segundo Tobias (1972):

A educação brasileira, de início, já nasceu para a internacionalização, para a democracia e para o cristianismo, pois, de modo direto, representou a fusão de três continentes, de três cores, de três culturas, de três mundos diferentes por milhares de quilômetros e de anos: a América, a Europa e a África; o vermelho, o branco e o negro; a cultura indígena, a europeia e a africana (TOBIAS, 1972, p. 26).

No dia 09 de março de 1889, por meio do decreto Imperial nº 10202, criou-se o primeiro colégio militar, Imperial Colégio Militar da Corte, que atualmente é o Colégio Militar do Rio de Janeiro. O Colégio foi direcionado para o ensino regular dos jovens (FELIX, 2011, P. 2). Para Santos (2010),

Os colégios militares surgem com propósito de aculturar os alunos, fazê-los soldados de guerra, e não soldados de Cristo como pretendia a educação jesuíta. Porém, antes da existência de instituições militares na educação brasileira, as regras, as classificações e a disciplina já faziam parte da rotina escolar dos aprendizes (SANTOS, 2010, p. 19).

Através de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e de Segurança Pública que transfere para a Polícia Militar de Goiás uma parte das escolas do ensino básico, com o pressuposto de diminuir a violência e melhorar o desempenho dos alunos num ambiente seguro. Os Colégios da Polícia Militar são um novo marco em educação no Estado de Goiás, a primeira unidade foi criada pela Lei nº 8.125 de 18 de julho de 1976 em seu Art. 23, mas só se concretizou em 27 de julho de 1998. (GOIAS, 1976).

Legalmente, apenas em 2001 foram criados os CPMG com a Lei Estadual nº 14.050 (Goiás, 2001). Os colégios também foram regulamentados nesse mesmo ano com uma lei anterior, nº 14.044 que dispõe das normas gerais das unidades escolares dos CPMG, que se destinarão ao ensino fundamental e médio e terão as instalações e atividades regidas por comando e direção de oficiais da ativa, nos postos de Tenente-Coronel e Major (GOIAS, 2001).

A lei estadual nº 14.044 (Goiás, 2001) no Art. 2º descreve também que a administração das unidades deve ser regulamentada por regimento interno subordinado à Secretaria da Segurança Pública por meio da PM do Estado de Goiás, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, pelo Termo de Cooperação Técnico-Pedagógica (GOIAS, 2001). A Lei estadual (Goiás, 2001) nº 14.004 determina que as unidades do Colégio da Polícia Militar serão submetidas à supervisão da Secretaria da Educação, que a mesma proverá de recursos humanos,

logísticos e do apoio necessário ao seu funcionamento, mediante convênio (GOIAS, 2001).

Ao observar a distribuição dos cargos de acordo com o Regimento Interno, os cargos de chefia são destinados a Polícia Militar que fica encarregada de designar os demais cargos aos servidores civis cedidos pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE), através do termo de Cooperação definido na Lei nº 14.004/2001. A Hierarquia militar dos CPMGs nenhum cargo de destaque e ocupado por professores, competindo a eles um papel secundário na educação das escolas militares (GOIAS, 2001).

O primeiro colégio do estado de Goiás a ser migrado para colégio militar foi a Escola Estadual de 1º grau Vasco dos Reis, em 1999, ocorreu por iniciativa do comandante geral da Corporação, o Coronel Eurípedes José Marques, conforme a portaria do gabinete da PM nº 0604/98 (Goiás, 1998), com previsão de funcionamento para o ano de 1999 e passou a se chamar, então, Colégio da Polícia Militar de Goiás Polivalente Modelo Vasco dos Reis (GOIAS, 1998). Em seguida, no ano 2000, a Secretaria de Educação entregou a direção do Colégio Hugo de Carvalho Ramos para o Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG).

Cruz (2017) contextualiza historicamente a diferença dos CPMG para os demais Colégios Militares (CM), por estarem ligados diretamente ao Comando de Ensino que está hierarquicamente vinculado à Secretaria de Segurança Pública, que por sua vez, está ligada diretamente ao governador do estado. A Secretaria de Segurança Pública fez uma parceria, por meio do Termo de Cooperação Técnico Pedagógico 009/12, com a SEDUCE e assim que surgiram os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CRUZ, 2017, p. 67).

A partir de 2013, o Estado de Goiás acelerou o processo de transferência das escolas públicas para a PM. A Assembleia Legislativa aprovou a lei estadual 18.342 (Goiás, 2013) que criou mais doze colégios. Em julho de 2014, foi aprovada a lei 18.556 (Goiás, 2014), alcançando a marca de vinte e sete colégios. Com a lei 18.967 (Goiás, 2015), foram transformadas mais sete escolas no mês de julho de 2015. A maioria das transformações em CPMG foi realizada nos anos de governo de Marconi Perillo do PSDB.

A justificativa da PM para o aumento dos CPMG seria o fato de a disciplina e a hierarquia dentro dos colégios melhorarem o desempenho dos alunos em exames como o IDEB e o ENEM (CPMG, 2017). Hierarquia e Disciplina são os pilares da força militar, conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988), em seus artigos 42 e 142.

Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. [...] Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988, p. 31, p. 75).

Nos termos da Lei nº. 6.880 em seu Art. 2º, por disciplina compreende-se:

[...] Quanto à disciplina, é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar (LEI Nº 6.880, 1980).

A disciplina na escola militar é acentuada e rígida, exigida por meio de regimentos e regulamentos e caso não sejam amplamente obedecidas, existem as penalidades que o aluno deverá arcar. Segundo o Regimento Interno do CPMG:

Art. 1º Com base nos princípios de justiça e equidade, bem como visando a pessoa humana em desenvolvimento, o Regulamento Disciplinar do Colégio da Polícia Militar de Goiás - CPMG tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares praticadas pelos alunos, enumerando as causas e circunstâncias que influem em seu julgamento, bem como enunciar as punições disciplinares estabelecendo uniformidade do critério utilizado em sua aplicação. (REGIMENTO INTERNO).

Os CPMG's surgem como um novo modelo de escola pública, pois oferecem diferenciais como qualidade de superior de ensino, recursos didáticos e tecnológicos, com uma excelente estrutura física, melhores índices de aprovação em vestibulares e segurança para o corpo docente e discente.

O CPMG Miriam Benchimol Ferreira, alvo deste estudo, foi construído em 1985 com recursos do tesouro estadual em regime de urgência para atender a demanda para a 1º fase do ensino fundamental dos filhos dos residentes do setor, após a transferência do assentamento oriundo da invasão do Jardim Botânico, nomeado inicialmente de Escola Estadual Jardim Lageado. Em 30 de julho de 2015, ele sofreu o processo de Gestão Militar pela Lei nº 18.967, de 22 de julho de 2015, sancionada pelo então governador do estado Marconi Ferreira Perillo Junior e passou a ser um CPMG Miriam Benchimol Ferreira por meio do Termo de Cooperação Técnico Pedagógico (POLICIA MILITAR, [...]). Situado a Rua JL Quatro, s/n, no Jardim Lageado em Goiânia, Goiás, onde se dará o estudo e a pesquisa quantitativa que será alvo da coleta de dados e análise posterior, como segue.

3 METODOLOGIA

A partir de uma gestão inovadora para os moldes locais de ensino, o instituto do ensino militar se disseminou e vem promovendo inovações e conquistando vários adeptos e seguidores, inclusive com uma demanda discente em ampla ascensão e com uma grande lista de alunos impossibilitados de integrar os quadros devido a incapacidade física de atender a todos os interessados em se matricular.

O Objetivo da pesquisa visa demonstrar algumas melhorias e ganhos em todos os impactados neste processo, utilizando como fonte de busca de informações os moradores do entorno do CPMG Miriam Benchimol Ferreira, o qual foi um dos contemplados com esse novo modelo de ensino, sendo gerido sob a tutela militar.

Como instrumento de coleta de dados, será realizado um questionário feito através de abordagem a moradores e comerciantes do entorno do CPMG com perguntas objetivas, feita com o máximo de pessoas possível.

Como resultado, a entrevista se dará com o seguinte roteiro:

1. Identificar a satisfação dos moradores no entorno do Colégio após a transição.
2. Verificar se foi notado pelos moradores aumento na sensação de segurança após a transição.
3. Verificar com os professores a percepção de mudança no comportamento dos alunos
4. Averiguar o índice de aceitação deste novo modelo.

Concluído este passo, as informações serão todas depuradas e demonstradas com o auxílio do Microsoft Excel, gerando as tabelas e gráficos que serão demonstrados a seguir, e com o objetivo de melhor visualizar todas as variáveis obtidas e suas oscilações, viabilizando uma forma de exposição das informações clara e de fácil entendimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi aplicado na data de 03 de maio de 2018, consistiu em abordar e entrevistar indivíduos dentro do perfil selecionado, moradores e comerciantes do

entorno, sem sexo ou idade pré-definida. Foram entrevistados 41 indivíduos, com idade entre 18 e 65 anos, sendo eles 21 mulheres e 20 homens e foi obtido o seguinte resultado:

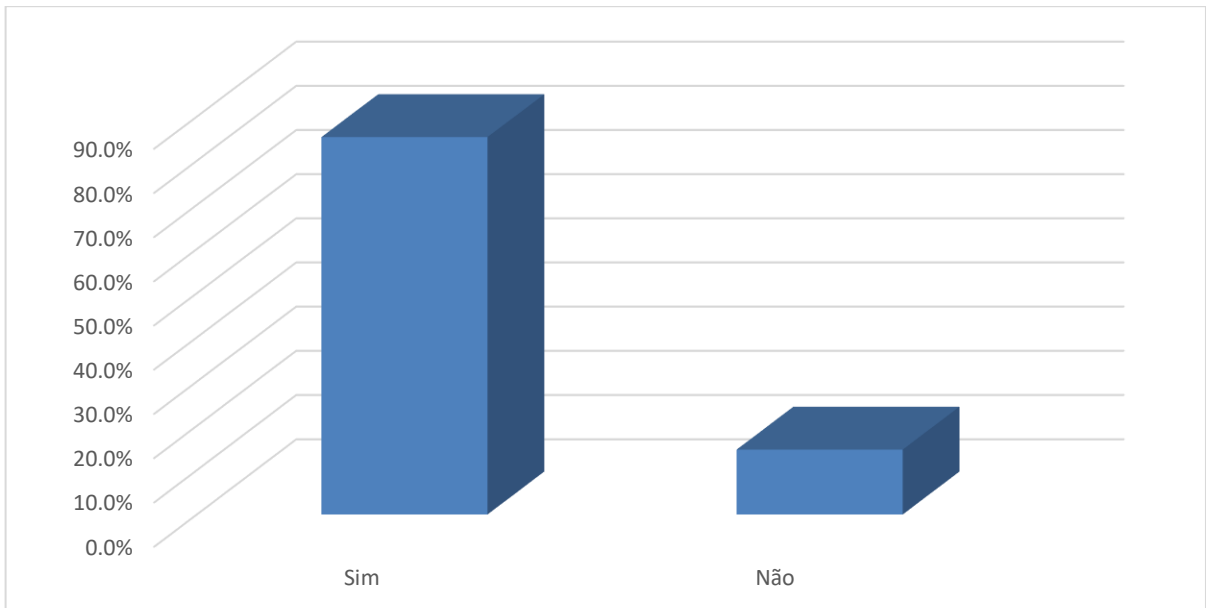


Gráfico 1- Entrevistados

Fonte: O Autor (2018)

. Com base no gráfico 1, pode concluir que 85,4% dos indivíduos entrevistadas conhecem o CMPG Miriam Benchimol Ferreira e 14,6% dos indivíduos entrevistados desconhecem o CMPG Miriam Benchimol Ferreira mesmo residindo no entorno ou trabalhando nos comércios locais.

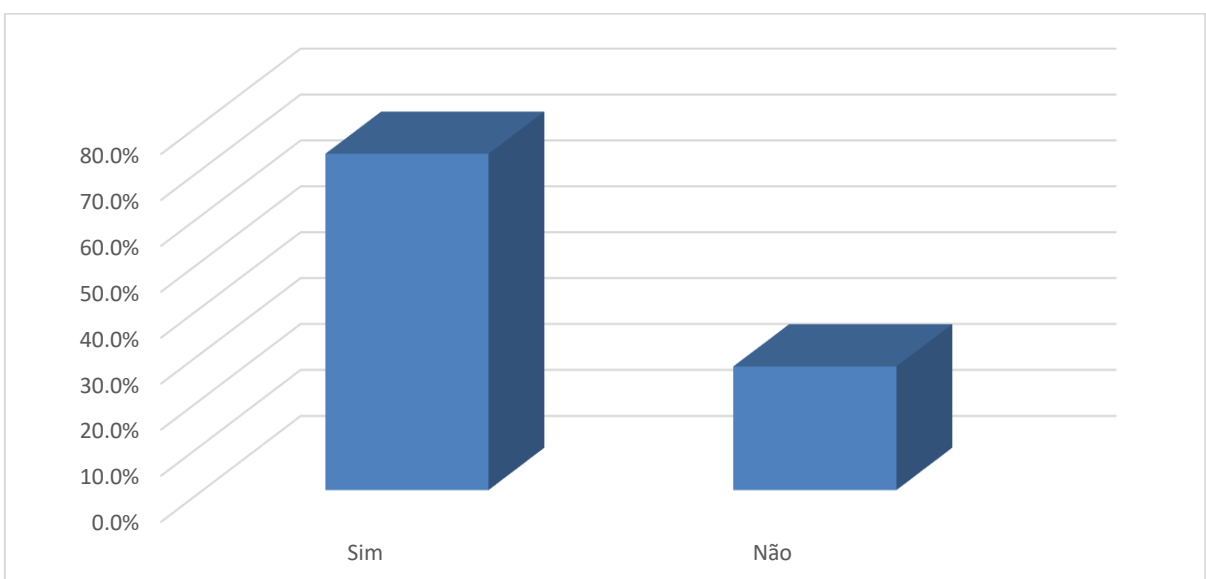


Gráfico 2 – Transição

Fonte: O autor (2018)

Com base no gráfico 2, pode concluir que 73,2% dos indivíduos entrevistados perceberam que após a transição para a gestão militar do CMPG Miriam Benchimol Ferreira a região do seu entorno tornou-se mais segura e 26,8% não perceberam que após a transição houve melhorias na segurança da região.

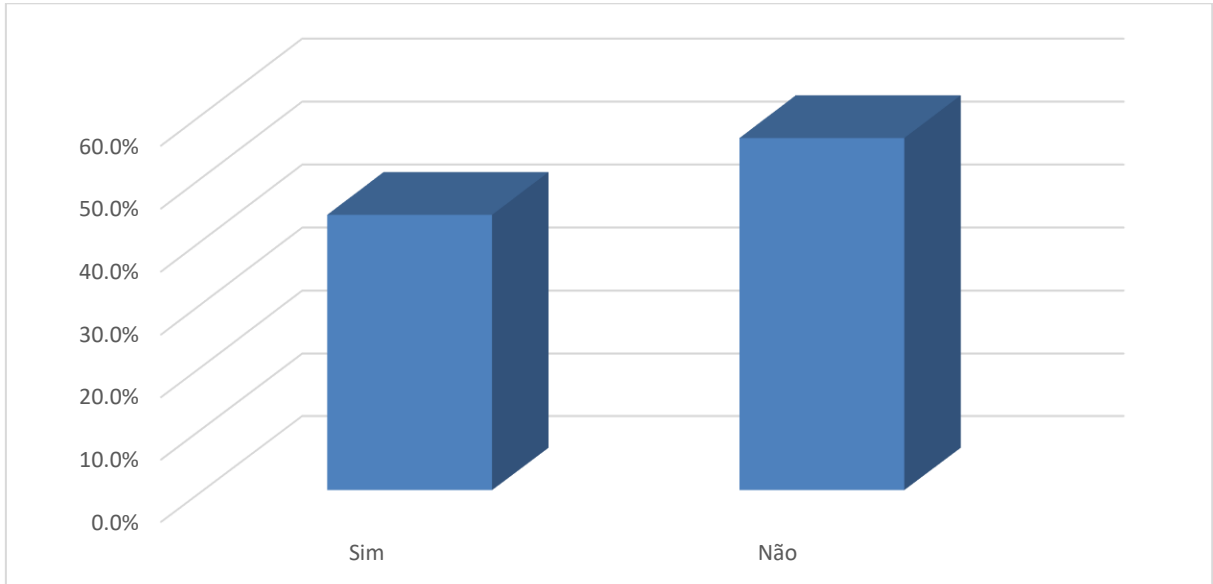


Gráfico 3 – Criminalidade

Fonte: O Autor (2018)

Com base no gráfico 3, pode concluir que 56,1% dos indivíduos perceberam que houve redução da criminalidade em seu entorno após a transição para a gestão militar do CMPG Miriam Benchimol Ferreira e que 43,9% dos indivíduos entrevistados não perceberam redução da criminalidade em seu entorno.

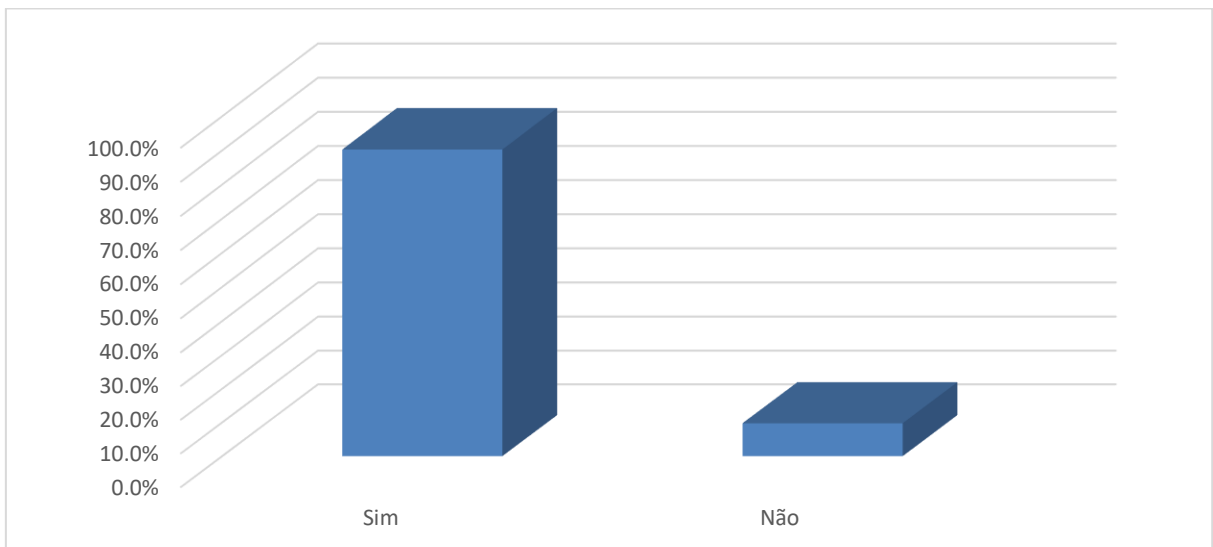


Gráfico 4 - Gestão Militar

Fonte: O Autor (2018)

Com base no gráfico 4, pode concluir que 90,2% dos indivíduos entrevistados são a favor da gestão militar dos colégios estaduais e que 9,8% dos indivíduos entrevistados são contrários a gestão militar dos colégios estaduais.

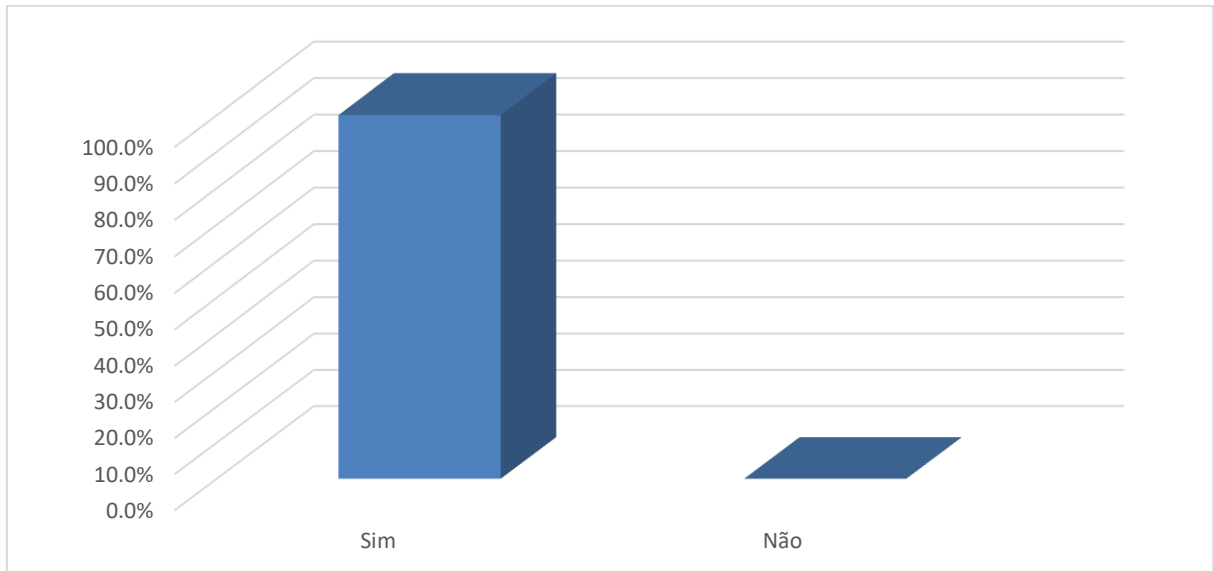


Gráfico 5 – Impactos

Fonte: O Autor (2018)

Com base no gráfico 5, pode concluir que 100% dos indivíduos entrevistados acreditam que a transição para a gestão militar do CMPG Miriam Benchimol Ferreira teve impactos positivos na vida de seus alunos.

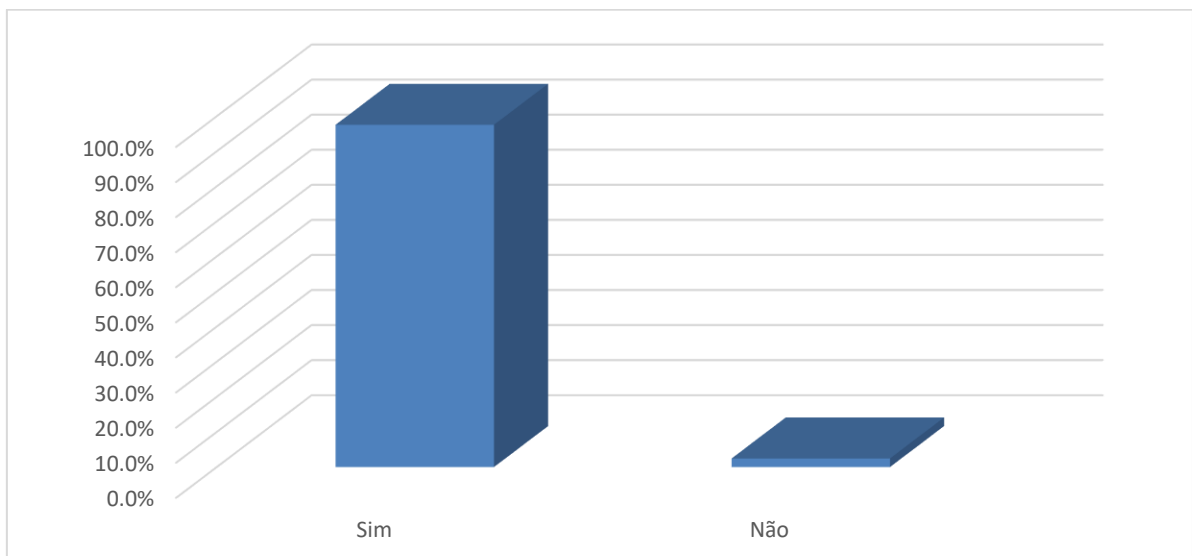


Gráfico 6 – Família

Fonte: O Autor (2018)

Com base no gráfico 6, pode concluir que 97,6% dos indivíduos entrevistados acreditam que de alguma forma após a transição para a gestão militar do CPMG Miriam Benchimol Ferreira a vida de seus alunos e de seus familiares sofreram melhorias e que 2,4% dos indivíduos entrevistados não acreditam que os alunos sofreram nenhuma melhoria após a transição para a gestão militar.

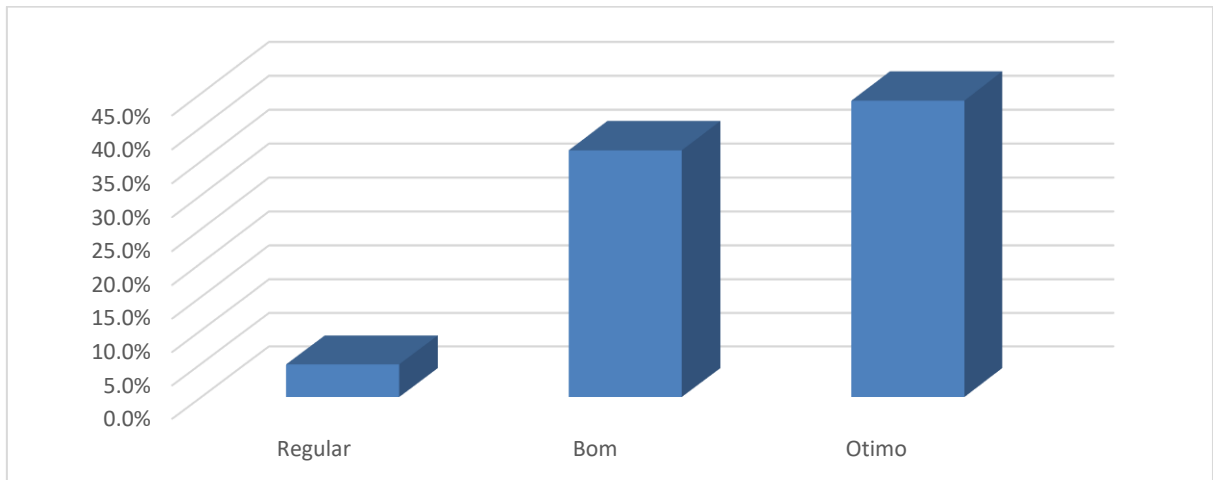


Gráfico 7 – Classificação

Fonte: O Autor (2018)

Com base no gráfico 7, pode concluir que 4,9% dos indivíduos entrevistados classificam o CPMG Miriam Benchimol Ferreira após a transição para o colégio militar com conceito regular, 36,6% dos indivíduos entrevistados classificam o CPMG Miriam Benchimol Ferreira após a transição para o colégio militar com o conceito bom e que 43,9% dos indivíduos entrevistados classificam com o conceito ótimo.

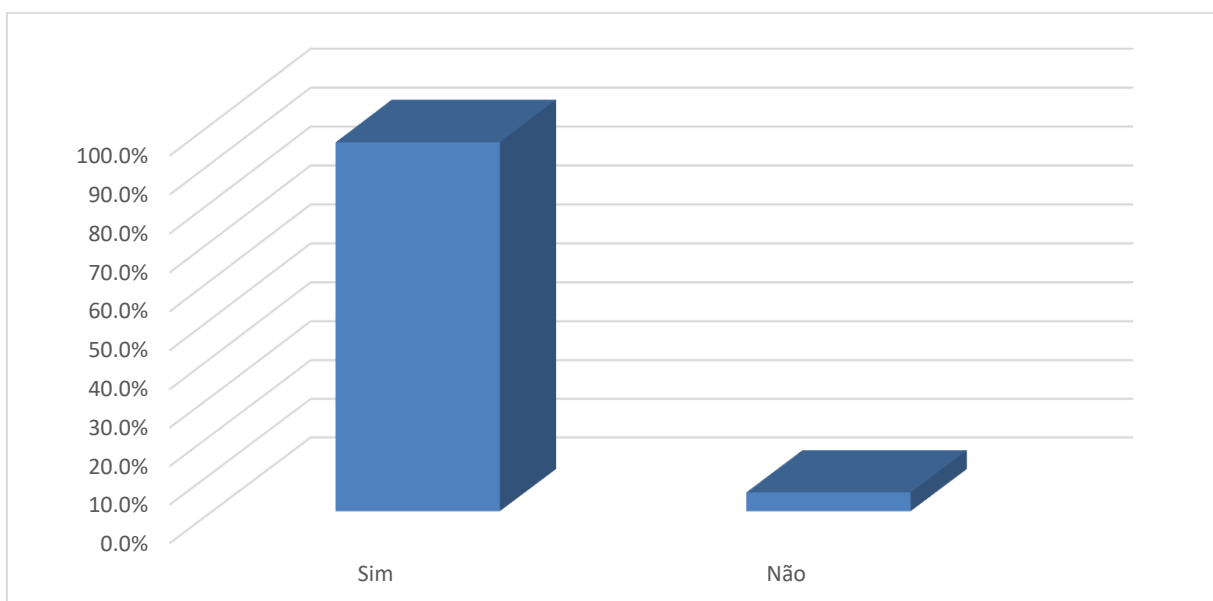


Gráfico 8 – Alunos

Fonte: O Autor (2018)

Com base no gráfico 8, pode concluir que 95,1% dos indivíduos entrevistados gostariam de estudar e ou que os seus filhos estudassem em um colégio que tenha sofrido transição para a gestão militar e que 4,9% dos indivíduos entrevistados não tem interesse em estudar ou matricular os seus filhos em um colégio de gestão militar.

Após analisar os resultados obtidos após a aplicação do questionário, concluiu-se que há uma grande aceitabilidade ao modelo de gestão militar nos colégios estaduais, entretanto a militarização do colégio não traz efetiva sensação de segurança para a população em seu entorno, e pela percepção da população, não inibe a ação de criminosos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração deste artigo, foi possível concluir que grande parte da população, moradora e comerciante do entorno do colégio militar Miriam Benchimol Ferreira, apoia a transição para gestão militar em colégios estaduais, grande parte dos entrevistados apoiam e admiram a Polícia Militar e sua gestão no colégio acima citado e que a transição para gestão militar em colégios estaduais tem obtido grande aceitação por parte dos entrevistados que demonstraram apreço pelo serviço prestado pelos Policiais ao gerir o CPMG, com a imposição dos preceitos militares, principalmente os de hierarquia e disciplina percebe-se que os alunos que participam desta transição possuem melhorias no seu rendimento escolar e se tornam mais disciplinados, em casa e até mesmo nas ruas.

Porém a população entrevistada não acredita que os índices de criminalidade em seu entorno tenham reduzido e que a presença dos Policiais no CPMG não está trazendo efetiva sensação de segurança, alguns indivíduos entrevistados relataram que já precisaram de auxílio da Polícia Militar e ao procura-la no CPMG não obtiveram êxito, gerando assim uma insatisfação por parte desta população.

Conclui-se que os maiores impactados com a transição para a gestão militar do Colégio Estadual Miriam Benchimol Ferreira foram os próprios discentes, pois a presença de um colégio com gestão militar não trouxe consigo maior efetivação no combate contra a criminalidade fora do colégio.

6 REFERÊNCIAS

BELLE, Helena Beatriz de Moura. **Escola de Civismo e Cidadania: Ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 292.

Colégios militares conquistam as melhores colocações no ranking do Enem da rede estadual. 2017. Disponível em: <<https://www.portalcpmg.com.br/index.php/2017/05/31/colegios-militares-conquistam-as-melhores-colocacoes-no-ranking-do-enem-da-rede-estadual/>> Acesso em: 20 jan. 2018.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Gestão Militar das Escolas Públicas em Goiás: Disciplina ou Medo?**. Dissertação (pós-Graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, programa de pós-graduação Sticto Sensu em Mestrado em História, 2017. 67 p.

FELIX, Jorge Luiz Pereira. **O colégio de Brasília (de 1978 a 2010): 32 anos Formando o Cidadão Brasileiro**. Tese (Mestrado em História Cultural) – Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). Lorena, São Paulo, 2011. P. 2.

GOIAS, LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Goiânia, Goiás.

GOIAS. Lei Estadual nº 14.044, de 21 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as unidades do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG). Goiânia, Goiás.

GOIAS. Lei Estadual nº 14.050, de 21 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a criação, instalação transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia, Goiás.

GOIAS. Lei Estadual nº 18.342, de 30 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a criação, na Polícia Militar do Estado de Goiás, da unidade que especifica e dá outras providências. Goiânia, Goiás.

GOIÁS. Lei Estadual nº 18.556, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Dispõe sobre a criação, instalação e transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia, Goiás.

GOIÁS. LEI Nº 18.967, DE 22 DE JULHO DE 2015. Dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências. Goiânia, Goiás.

GOIÁS. LEI Nº 8.125, DE 18 JUNHO DE 1976. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia, Goiás.

GOIÁS. Portaria PM – GAB nº 0604, de 19 de novembro de 1998. Ativa o Colégio da Polícia Militar de Goiás e dá outras providências. In.: GOIÁS. Polícia Militar de Goiás. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa. **O anhanguera** – história da Polícia Militar de Goiás – Ano I, n. 253. Goiânia: Grafopel Gráfica e Editora Ltda.

RAMOS, Fábio Pestana. **“A constituição afetiva da infância e da família no período colonial? O nascimento da profissão docente no Brasil”** In: ALMEIDA, Jane Soares de (org.). *Profissão docente e cultura escolar*. São Paulo: Intersubjetiva, 2004, p.13-40.

Ramos, Fabio Pestana. **A constituição afetiva da infância e da família no período colonial: o nascimento da profissão docente no Brasil**. Profissão docente e cultura escolar. São Paulo, SP, Intersubjetiva, PP, 2011. p.13-40 .

REGIMENTO INTERNO do Colégio da Polícia Militar de Goiás. Disponível em: <http://www.cpmganapolis.net/wpcontent/uploads/2015/05/regulamento_disciplinar.pdf> . Acesso em: 23 jan. 2018.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A Gestão Militar das escolas públicas em Goiás**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 2016. p. 19.

Scachetti, Ana Ligia. **Ensino com Catecismo: História da Educação no Brasil**, (2013) Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/3433/ensino-com-catecismo>>. Acesso em: 10 jan. de 2018.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Editora Juriscredi LTDA, 1972.

Questionário Gestão Militar de Escolas públicas

Idade: _____ Sexo: Feminino Masculino:

- 1- Você conhece o colégio estadual Miriam Benchimol Ferreira?
Sim Não
- 2- Você acredita que após a transição para a gestão militar do colégio a região se tornou mais segura?
Sim Não
- 3- Você acredita que os índices de criminalidade na região reduziram após a transição para a gestão militar?
4- Sim Não
- 5- Você é a favor da gestão militar de colégios estaduais?
Sim Não
- 6- Qual o impacto você acredita que a transição para a gestão militar de colégio estadual causa na vida dos alunos?
Positivo Negativo
- 7- Você acredita que de alguma forma após a transição para a gestão militar do colégio estadual Miriam Benchimol Ferreira a vida dos alunos e suas famílias foram melhoradas?
Sim Não
- 8- Como você classifica o colégio após a transição para a gestão militar?
 Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo
- 9- Você gostaria de estudar, ou gostaria que seu filho(a) estudasse em um colégio om gestão militar?
Sim Não

Obrigada Pela Contribuição!